

ANEXO 04

ESTRUTURA TARIFÁRIA

ANEXO IV**ESTRUTURA TARIFÁRIA**

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL n° [•]/2016

CONCESSÃO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO CONSTITUÍDO PELA RODOVIA SP 266 DO QUILOMETRO 490+225 AO 509+036, PELA RODOVIA SP 333 DO QUILOMETRO 212+450 AO 400+988 E DO 404+251 AO 450+990, PELA RODOVIA SP 294 DO QUILOMETRO 451+700 AO 458, PELA RODOVIA SP 349 DO QUILOMETRO 41+510 AO 42+493, PELA RODOVIA SP 322 DO QUILOMETRO 307+590 AO 390+500, PELA RODOVIA SP 328 DO QUILOMETRO 323+130 AO 337+010 E DO QUILOMETRO 468+390 AO 475+740, PELA RODOVIA SP 351 DO QUILOMETRO 127+330 AO 150+440, PELA RODOVIA SP 330 DO QUILOMETRO 318+500 AO 450+110 E ACESSOS, TODOS INTEGRANTES DO DENOMINADO LOTE FLORÍNEA - IGARAPAVA, CONFORME ESPECIFICADO NO EDITAL

ÍNDICE

1.	APRESENTAÇÃO.....	4
2.	SISTEMA OPERACIONAL DE ARRECADAÇÃO.....	4
3.	SISTEMA FUTURO	4
3.1	Praças de Pedágio e Sentido de Cobrança	4
3.2	Início de Operação Comercial das Praças de Pedágio.....	5
3.3	Alterações Futuras	5
4.	CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DE TARIFA E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DO CONTRATO	
6		
4.1	Modelo de Pedagiamento.	6
4.2	Tarifa Quilométrica das praças de pedágio	6
4.3	Trecho de Cobertura de Pedágio	7
4.4	Tarifa Bidirecional	8
4.5	Classificação dos Veículos	8
	TABELA 2 - CLASSIFICAÇÃO DOS VEÍCULO	8
	FÓRMULA 1:	9
	FÓRMULA 2:	9
4.6	Validade e Atualização Tarifária para o início da Concessão.....	9
	FÓRMULA 3:	9
4.6.1	Preservação das Tarifas e atualização monetária do Contrato	10
4.6.2	Base Tarifária	10
	FÓRMULA 4:	10
4.6.3	Aprovação das Tarifas	11
4.6.4	Alteração do Índice de Atualização Monetária Contratual.....	11
4.6.5	Isenções, privilégios tarifários, promoções e descontos.....	11
5.	CRITÉRIO DE ARREDONDAMENTO.....	12
6.	CONTROLE E OPERAÇÃO DO PEDÁGIO.....	13
6.1.	Responsabilidades da CONCESSIONÁRIA	13
6.2.	Normas Operacionais	14

1. APRESENTAÇÃO

O presente ANEXO tem por objetivo definir as condições e as normas que deverão reger a ESTRUTURA TARIFÁRIA do pedágio que a CONCESSIONÁRIA deverá implantar no Sistema Rodoviário.

O modelo de pedagiamento do Sistema Rodoviário prevê instalação de 4 (quatro) Praças de Pedágio na Rodovia SP 333. Além disso, após o encerramento do Contrato de Concessão nº 002/CR/1998 e com a assinatura do Termo Transferência do Sistema Remanescente, a CONCESSIONÁRIA passará a operar 4 (quatro) Praças de Pedágio já existentes localizadas nas Rodovias SP 322 e SP 330.

2. SISTEMA OPERACIONAL DE ARRECADAÇÃO

O sistema operacional de arrecadação será composto de cabines para pagamento manual e automático com controle e contagem eletromecânico dos veículos, os quais são classificados pelo número de eixos.

3. SISTEMA FUTURO

A CONCESSIONÁRIA deverá implantar sistema de pedágio que atenda ao modelo operacional especificado no ANEXO 05 - SERVIÇOS CORRESPONDENTES A FUNÇÕES OPERACIONAIS, promovendo sua permanente atualização e sua crescente automação, bem como adequação às políticas e programas implantados pelo Poder Concedente que tenha impacto na forma de arrecadação das Tarifas de pedágio.

A METODOLOGIA DE EXECUÇÃO deverá apresentar descrição das metodologias, instalações e tecnologias que o LICITANTE se propõe a utilizar quando da implantação, especificando metas e datas de implantação, as quais deverão estar também refletidas no PLANO DE INVESTIMENTOS INICIAIS.

3.1 *Praças de Pedágio e Sentido de Cobrança*

O modelo de pedagiamento do Sistema Rodoviário prevê pedágios de passagem nos trechos e localizações especificados no Item 1 deste Anexo.

O Usuário pagará uma Tarifa, conforme regramento deste ANEXO, correspondente aos trechos utilizados.

A cobrança será realizada nas Praças de Pedágio de passagem. A base para o cálculo das tarifas cobradas está discriminada nas Fórmulas 1, 2 e 3 deste anexo, que considera a aplicação da Tarifa Quilométrica da praça e o TCP de cada praça:

3.2 Início de Operação Comercial das Praças de Pedágio

A CONCESSIONÁRIA somente poderá dar início à operação das Praças de Pedágio após o prazo de um ano contado da Data de Assinatura do Termo de Transferência Inicial, quando:

- (i) Tiver concluído o Programa Intensivo Inicial (PII), especificado no Anexo 06 - SERVIÇOS CORRESPONDENTES A FUNÇÕES DE CONSERVAÇÃO;*
- (ii) Tiver realizado e concluído os investimentos necessários para a implantação do sistema operacional de arrecadação;*
- (iii) Estiver quites com o PODER CONCEDENTE e CONTRATANTE quanto ao cronograma de pagamentos devidos ao Estado em razão da CONCESSÃO, nos termos do CONTRATO;*
- (iv) Para as praças de pedágio localizadas na Malha Rodoviária que figura como escopo do Contrato de Concessão nº 002/CR/1998, após assinatura do Termo de Transferência do Sistema Remanescente;*
- (v) Somente após prévia e expressa autorização da ARTESP.*

Os dias de atraso na entrega das obras constantes no PII, do item (i), serão contados em dobro para fins de estabelecimento da data de início da operação das praças de pedágio.

O Sistema Operacional de Arrecadação de Pedágio deverá atender a todas as normas e especificações mencionadas nos Anexos do Edital, especialmente, mas sem se limitar, ao ANEXO 05 - SERVIÇOS CORRESPONDENTES A FUNÇÕES OPERACIONAIS.

3.3 Alterações Futuras

Após a assinatura do CONTRATO de CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA poderá propor reposicionamento, revisão de especificação, ou redimensionamento de Praças de Pedágio, conforme prévia e expressa aprovação da ARTESP, sempre em conformidade com os critérios básicos do presente Anexo e sem prejuízo do nível dos serviços oferecidos ao Usuário e do cumprimento dos indicadores de desempenho estabelecidos no Anexo 3 - INDICADORES DE QUALIDADE E DESEMPENHO.

O PODER CONCEDENTE, observado o regramento do CONTRATO, poderá estabelecer a necessidade de realização, pela CONCESSIONÁRIA ou por quem o PODER CONCEDENTE indicar, de investimentos e implantação de equipamentos que permitam a cobrança das Tarifas

por meios tecnologicamente atualizados, tais como, mas sem se limitar, à arrecadação baseada no conceito *free flow*, sempre observando o conforto dos USUÁRIOS e a prestação dos serviços adequados.

Sem prejuízo do disposto acima, e da necessidade de atendimento, pela Concessionária, das definições estabelecidas pelo PODER CONCEDENTE que eventualmente impactem os sistemas de arrecadação, sempre mantendo os critérios básicos do CONTRATO e, especialmente, do presente Anexo e observando a necessidade de atendimento aos Indicadores de Desempenho, a CONCESSIONÁRIA poderá propor sistema operacional de arrecadação baseado no conceito de *Free Flow* (fluxo livre) e na cobrança de tarifas que reflitam a quilometragem percorrida pelos Usuários, sugerindo a implantação da tecnologia necessária para substituição (ou convivência com) de praças de pedágio, tais como pórticos ou sistemas que combinem o uso de radiofrequência e gravação de imagens para registrar a passagem dos veículos pelo Sistema Rodoviário, sendo que sua efetiva implementação dependerá de anuência prévia pela ARTESP, que considerará em sua análise o regramento contratual e a observância do equilíbrio econômico-financeiro nos termos do CONTRATO.

A Concessionária poderá, também, propor um Plano de Tarifas Variáveis, sujeito a prévia aprovação da ARTESP e com apuração de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, com objetivo de otimizar o uso, induzir demanda e melhorar a fluidez e níveis de serviço do SISTEMA RODOVIÁRIO, observando-se o princípio da isonomia.

O Plano de Tarifas Variáveis poderá definir valores diferentes dos previstos em CONTRATO para as tarifas de pedágio para diferentes categorias, dias da semana e horários, bem como apresentar cobranças tarifárias que considerem parâmetros distintos da sistemática de cobranças por eixos, tais como cobrança por categoria, peso e volume, se viável operacionalmente.

O parâmetro de tarifa por eixo e por classificação de veículos (por veículo equivalente, prevista no contrato) será, em qualquer caso, o utilizado para fins de aferição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

4. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DE TARIFA E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DO CONTRATO

4.1 Modelo de Pedagiamento.

O modelo de pedagiamento a ser adotado corresponderá a cobrança das Tarifas nas Praças de Pedágio do Tipo Passagem nos trechos e localizações indicadas neste Anexo, observado o quanto disposto, especialmente, no item 3 deste Anexo.

4.2 Tarifa Quilométrica das praças de pedágio

As tarifas quilométricas de cada praça de pedágio são definidas tendo como referência uma tarifa quilométrica base definida para o mês de julho de 2015, cujos valores foram considerados na

elaboração do estudo de viabilidade financeira e têm como valor de referência R\$ 12,92/100 km (doze reais e noventa e dois centavos por cada cem quilômetros), bidirecional, pista dupla e do Sistema Operacional de Cobrança Manual, equivalente a uma tarifa de R\$ 9,23/100 km (nove reais e vinte e três centavos por cada cem quilômetros) para pista simples.

A cobrança pelo Sistema de Cobrança Eletrônica (AVI) deverá considerar um desconto mínimo de 05% (cinco por cento) em relação aos valores praticados no Sistema Operacional de Cobrança Manual, considerando as regras de arredondamento previstas no item 5 deste Anexo.

4.3 Trecho de Cobertura de Pedágio

O trecho de cobertura das praças de pedágio será dividido da seguinte forma:

Praça	Extensão inicial pavimentada		TCP pavimentado	Trecho			
	Pista simples	Pista dupla		Rodovia	KMI	KMF	Peso
SP 333 - KM 239	70,02	0,00	70,02	SP 333	212,45	278,74	100%
				SP 266	494,11	509,04	25%
SP 333 - KM 318	40,37	22,65	63,02	SP 333	278,74	337,05	100%
				SP 349	41,51	42,49	100%
				SP 266	494,11	509,04	25%
SP 333 - KM 356	49,46	0,00	49,46	SP 333	337,05	382,78	100%
				SP 266	494,11	509,04	25%
SP 333 - KM 449	57,13	11,55	68,68	SP 333	382,78	400,99	100%
				SP 333	404,25	450,99	100%
				SP 266	494,11	509,04	25%
SP 322 - KM 361	5,44	47,02	52,46	SP 322	343,48	390,50	100%
				SP 351	127,33	150,44	25%
SP 322 - KM 327	5,44	35,89	41,33	SP 322	307,59	343,48	100%
				SP 351	127,33	150,44	25%
SP 330 - KM 350	5,44	59,00	64,44	SP 330	318,50	377,50	100%
				SP 351	127,33	150,44	25%
SP 330 - KM 405	5,44	72,61	78,05	SP 330	377,50	450,11	100%
				SP 351	127,33	150,44	25%

Observações:

1. Os acessos não são considerados na composição dos Trechos de Cobertura de Pedágio.
2. Os trechos da SP-328 entre o KM 323+130 e o KM 337+010 e entre o KM 468+390 e o KM 475+740 não serão considerados nos Trechos de Cobertura de Pedágio por serem paralelos a rodovias consideradas no Trecho de Cobertura de Pedágio inicial.
3. Os pesos apontam qual a porcentagem de cada trecho sendo contabilizado para o TCP de cada praça de pedágio.
4. A localização exata das praças de pedágio será especificada nos projetos funcionais que figuram como Anexos ao Edital podendo, nas hipóteses especificadas neste anexo e no Contrato, ter sua localidade alterada conforme demandado pelo Poder Concedente ou sugerido pela Concessionária, mediante prévia aprovação pela ARTESP.

4.4 Tarifa Bidirecional

A tarifa a ser cobrada será bidirecional, para cada Praça de Pedágio do trecho conforme previsto no Edital e no Contrato de CONCESSÃO.

4.5 Classificação dos Veículos

A Tarifa que será considerada para fins de atualização monetária do contrato e controle econômico-financeiro pela Agência Reguladora corresponderá à Tarifa Básica, diferenciada em razão da cobrança automática e na sua proporção, multiplicada pelo Multiplicador da Tarifa correspondente a cada tipo de veículo, conforme estabelece a tabela a seguir, que categoriza os veículos pelo tipo, pelo número de eixos e pela característica de rodagem.

TABELA 2 - CLASSIFICAÇÃO DOS VEÍCULO

CAT	TIPO	Nº EIXOS	RODAGEM	MULTIPLICADOR
1	AUTOMÓVEL, CAMINHONETA, TRICICLO E FURGÃO ATÉ 2,5 T	2	SIMPLES OU DUPLA	1
2	CAMINHÃO LEVE, MICRO ÔNIBUS, ÔNIBUS, CAMINHÃO TRATOR E FURGÃO	2	SIMPLES OU DUPLA	2
3	CAMINHÃO TRATOR, CAMINHÃO TRATOR COM SEMI REBOQUE E ÔNIBUS	3	SIMPLES OU DUPLA	3
4	CAMINHÃO COM REBOQUE, CAMINHÃO TRATOR COM SEMI REBOQUE	4	SIMPLES OU DUPLA	4
5	CAMINHÃO COM REBOQUE, CAMINHÃO TRATOR COM SEMI REBOQUE	5	SIMPLES OU DUPLA	5
6	CAMINHÃO COM SEMI REBOQUE, CAMINHÃO TRATOR COM SEMI REBOQUE	6	SIMPLES OU DUPLA	6
7	AUTOMÓVEL OU CAMINHONETE COM SEMI REBOQUE	3	SIMPLES	1,5
8	AUTOMÓVEL OU CAMINHONETE COM REBOQUE	4	SIMPLES	2
9	MOTOCICLETA, MOTONETA E BICICLETA A MOTOR		SIMPLES	0,5
-	VEÍCULOS OFICIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO, FORÇAS ARMADAS E POLÍCIA MILITAR – ISENTOS	-	-	-

OBSERVAÇÕES:

- I. *Rodagem traseira de pneus, do tipo “single” ou “supersingle”, é equivalente a dupla, para efeito da estrutura tarifária aqui definida.*
- II. *Sem prejuízo da Tarifa Básica calculada conforme a tabela acima, incidirá adicional equivalente a 5 (cinco) vezes a tarifa básica de cada Praça de Pedágio, por tonelada acima de 45 t do peso total do veículo, excluídos os veículos denominados “rodotrem” ou “treminhão”, enquadrados na Resolução 631-84 do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, ou outra que a substitua, desde que atendam aos limites legais de carga por eixo.*

FÓRMULA 1:

A tarifa básica a ser considerada em cada praça de pedágio, por veículo, deverá ser equivalente (multiplicador da tarifa) deverá seguir a Fórmula 1:

$$\text{Tarifa de Pedágio} = TQP \cdot TCP$$

Na qual,

<i>Tarifa de Pedágio</i>	é a tarifa básica de pedágio para a categoria 1
<i>TQP</i>	é a tarifa quilométrica da praça de pedágio em 4.2
<i>TCP</i>	é o trecho de cobertura da praça de pedágio em 4.3

FÓRMULA 2:

A tarifa a ser cobrada de cada categoria deverá seguir a seguinte Fórmula 2:

$$\text{Tarifa} = \text{Tarifa de Pedágio} \times \text{Multiplicador}$$

4.6 Validade e Atualização Tarifária para o início da Concessão

Os valores das Tarifas Quilométricas de cada Praça de Pedágio deverão ser ajustados, utilizando-se a fórmula e os procedimentos explicitados a seguir.

FÓRMULA 3:

A tarifa quilométrica de todas as praças de pedágio será igual no primeiro ano de vigência do contrato, devendo seguir a Fórmula 3, a seguir:

$$TQP_1 = TQ_{jul/2015} \times \frac{IPCA_1}{IPCA_{jul/2015}}$$

TQP_1 é a tarifa quilométrica das praças de pedágio válidas no ano contratual 1

$TQ_{jul/2015}$ é a tarifa quilométrica base em julho de 2015

$IPCA_1$ IPCA do segundo mês anterior à data de assinatura do contrato

$IPCA_{jul/2015}$ IPCA referente à julho de 2015

4.6.1 Preservação das Tarifas e atualização monetária do Contrato

Os valores das tarifas médias de pedágio e o valor monetário do Contrato de Concessão deverão ser preservados pelas regras de reajuste e de revisão previstas nesse Anexo e no Edital, com a finalidade de assegurar, em caráter permanente, a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro do CONTRATO de CONCESSÃO.

4.6.2 Base Tarifária

As tarifas quilométricas das praças de pedágio, definidas no subitem 4.2, serão calculadas de acordo com a Fórmula 4 a seguir, considerando:

- I - Reajustes, visando a preservar o valor aquisitivo das tarifas, pela aplicação da variação do IPCA no período, tendo como referência a data base de [--], mês de aniversário do Contrato, com periodicidade anual, sem prejuízo da possibilidade de redução desse prazo, nos termos do inciso III do §3º e §5º do artigo 28, conjugados com o §1º do artigo 70 da Lei n 9.069 de 29 de junho de 1.995, ou de ampliação do mesmo prazo, por força de instituto legal superveniente. O primeiro reajuste será no segundo ano contratual, no 13º mês de vigência do Contrato, e se dará sobre a tarifa quilométrica calculada para o primeiro ano contratual conforme formula acima;
- II - A incidência do ÍNDICE DE QUALIDADE E DESEMPENHO (IQD), composto pelo COEFICIENTE DE DESEMPENHO DOS SERVIÇOS PRESTADOS (CSP) previsto no Anexo 3 - INDICADORES DE QUALIDADE E DESEMPENHO;
- III - A incidência de um Desconto por Atraso e Inexecução de obras;

FÓRMULA 4:

$$TQP_t = TQP_{t-1} \cdot \left[\left(\frac{IPCA_t}{IPCA_{t-1}} \right) \cdot (0,4 + 0,5 \times DA_{t-1} + 0,1 \times IQD_{t-1}) \right]$$

Na qual:

TQP_t é a tarifa quilométrica da praça de pedágio reajustada para o ano t do contrato, com quatro casas decimais

TQP_{t-1} é a tarifa quilométrica da praça de pedágio do ano anterior

$IPCA_t$ é o IPCA do segundo mês anterior à data de reajuste

$IPCA_{t-1}$ é o IPCA do segundo mês anterior à data do reajuste do ano anterior

IQD_{t-1} é o Índice de Qualidade de Desempenho, previsto no anexo 3, referente à operação do ano anterior até o terceiro mês anterior ao reajuste.

DA_{t-1} é o Desconto por Atraso ou inexecução das etapas construtivas de cada investimento, referente à operação do ano anterior até o terceiro mês anterior ao reajuste

- III - Revisões extraordinárias, de iniciativa do Poder Concedente ou por solicitação da CONCESSIONÁRIA, com base em análise do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO poderão ser pleiteadas desde que presentes os requisitos do artigo 65, inciso II, alínea “d” da Lei Federal 8.666/93.

4.6.3 Aprovação das Tarifas

Os cálculos dos valores atualizados das Tarifas Médias de cada Praça de Pedágio serão elaborados pela CONCESSIONÁRIA em conformidade com a metodologia especificada neste Anexo e apresentados à apreciação da ARTESP, para verificação de consistência e encaminhamento à aprovação do PODER CONCEDENTE.

4.6.4 Alteração do Índice de Atualização Monetária Contratual

Na ausência do índice selecionado para cálculo de reajuste, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA, de comum acordo, escolherão outro índice que melhor reflita a variação indicada atualmente pelo IPCA.

4.6.5 Isenções, privilégios tarifários, promoções e descontos

Isenções

Terão trânsito livre e ficam, portanto, isentos do pagamento de pedágio os veículos:

- a) *de propriedade do Poder Concedente, da SLT e da ARTESP;*
- b) *de propriedade Comando de Policiamento Rodoviário da Polícia Militar do Estado de São Paulo;*
- c) *de atendimento público de emergência, tais como, do corpo de bombeiros e ambulâncias, quando em serviço;*
- d) *das forças militares, quando em instrução ou manobra; e*
- e) *de categoria oficial, integrantes da frota dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público e da Defensoria Pública, todos do Estado de São Paulo, bem como os locados em caráter não eventual, para utilização em serviço público permanente ou de longa duração desde que cadastrados no Grupo Central de Transportes Internos - GCTI, do Estado de São Paulo, devendo todos ser credenciados pela ARTESP, na forma regulamentada.*

Privilégios Tarifários Específicos

Será vedado ao CONTRATANTE estabelecer privilégios tarifários que beneficiem segmentos específicos de Usuários, exceto se no cumprimento de Lei, que especifique as fontes de recursos para ressarcimento da CONCESSIONÁRIA, ou se previamente autorizado pela ARTESP, no contexto de Plano de Tarifas Variáveis.

Promoções e Descontos

A CONCESSIONÁRIA, a seu único critério, por sua conta e risco, poderá conceder isenções e descontos tarifários, bem como realizar promoções tarifárias de caráter sazonal, não relacionado a Plano de Tarifa Variável, sem que isso possa gerar qualquer direito à solicitação de compensação nos valores das Tarifas e da Revisões ordinárias

5. CRITÉRIO DE ARREDONDAMENTO

A tarifa será expressa em reais e centavos, sendo arredondada mediante a aplicação do seguinte critério:

- a. Quando o algarismo na casa dos centavos for menor ou igual a 5 (cinco), substituir-se-á por 0 (zero);

- b. Quando o algarismo na casa dos centavos for superior a 5 (cinco), substituir-se-á por 0 (zero) e aumentar-se a de 1 (um) o algarismo da casa das dezenas de centavos.

Para a definição das TARIFAS do Sistema de Cobrança Eletrônica (AVI) e Sistema de pagamento free flow, deverão ser desconsideradas as casas além dos centavos e, em seguida, não efetuado nenhum arredondamento.

6. CONTROLE E OPERAÇÃO DO PEDÁGIO

6.1. Responsabilidades da CONCESSIONÁRIA

A CONCESSIONÁRIA responderá pelo controle do Sistema de Controle e Arrecadação de Pedágio e operação de tráfego na área das Praças de Pedágio, cabendo-lhe:

- a) *Manter placas informativas com valores atualizados das Tarifas;*
- b) *Sinalizar as pistas;*
- c) *Controlar a abertura e o fechamento de pistas e cabines;*
- d) *Fiscalizar a arrecadação;*
- e) *Garantir a segurança da circulação de valores e sua transferência para a sede da CONCESSIONÁRIA, ou banco;*
- f) *Elaborar mapas estatísticos de tráfego e receita;*
- g) *Registrar as ocorrências principais e mais significativas;*
- h) *Controlar e manter vigilância sobre os equipamentos;*
- i) *Controlar a arrecadação e o recolhimento de numerário por cabine, por turno de trabalho e por agente arrecadador;*
- j) *Prestar atendimento ao Usuário;*
- k) *Garantir o cumprimento das NORMAS OPERACIONAIS aprovadas pela ARTESP;*
- l) *Disponibilizar as seguintes informações de registros físicos e financeiros de tráfego registrado nas Praças de Pedágios, em tempo real (on-line) por meio eletrônico, para a ARTESP ou a quem ela designar, nos três níveis de registro, a saber:*

- (i) Informação física do registro da passagem do veículo quando da ocorrência do sensor de pista;*
- (ii) Informação do registro das imagens das câmeras instaladas nas praças de pedágio e informação do registro físico de tráfego;*
- (iii) Do registro financeiro de arrecadação correspondente gerado pelo operador da cabine de pedágio.*
- m) Permitir a integração das informações com o Centro de Controle de Informações- CCI da ARTESP conforme os termos estabelecidos no Edital e em seus Anexos.*

6.2. Normas Operacionais

A CONCESSIONÁRIA deverá, antes da assinatura do CONTRATO, apresentar à ARTESP, para aprovação, as NORMAS OPERACIONAIS que estabelecerão as instruções para os procedimentos de rotina e para casos excepcionais, como uso de pista livre, tráfego de cargas especiais, evasões, cancelamento de registros indevidos, troco abandonado, falta de dinheiro do usuário no momento do pagamento, acidentes e outros.